

‘15

RELATÓRIO
E CONTAS

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

O Relatório e Contas da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. foram aprovados em Assembleia-geral de 31 de março de 2016

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.

Sede - Fundoa de Baixo – São Roque

9020 - 242 FUNCHAL

Sociedade Anónima - Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial do Funchal, sob o nº 01016/40.05.08

Pessoa Coletiva nº 511 007 116

Capital Social - 5.000.000,00 Euros

Capital Próprio – 1.181.068,98 Euros

Índice

Órgãos Sociais	9
Relatório de Gestão	11
Contas do Exercício	25

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

1 Nota Introdutória.....	30
1.1 Identificação da Entidade	30
1.1.1 Designação da Entidade	30
1.1.2 Objeto e finalidade	30
1.1.3 Sede	30
1.1.4 Designação da empresa mãe.....	30
1.1.5 Sede da empresa mãe	31
2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras	31
2.1 Disposições gerais	31
2.2 Derrogações às disposições do SNC	31
2.3 Comparabilidade com o ano anterior	31
3 Principais políticas contabilísticas	32
3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:	32
3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes.....	32
3.3 Principais estimativas e julgamentos.....	40
3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro	42
3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas	42
4 Fluxos de caixa	43
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.....	43
6 Ativos fixos tangíveis	44
7 Acionistas/sócios.....	45
8 Impostos sobre o rendimento	45
9 Clientes	46
10 Estado e outros entes públicos	47
11 Outras contas a receber	48
12 Diferimentos	48
13 Capital realizado	49
14 Reservas legais.....	49
15 Resultados transitados.....	49
16 Outras variações no capital próprio.....	49
17 Outras contas a pagar	50

18	Fornecedores	50
19	Vendas e serviços prestados	51
20	Subsídios à exploração	51
21	Fornecimento e serviços externos	53
22	Gastos com o pessoal	54
23	Outros rendimentos e ganhos	55
24	Outros gastos e perdas	56
25	Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	56
26	Divulgações de partes relacionadas	56
27	Acontecimentos após a data de balanço	57
28	Outras informações	58
28.1	Anexo ao relatório do conselho de administração	58
	Certificação Legal de Contas	59
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	61

Órgãos Sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE João Heliodoro da Silva Dantas

SECRETÁRIO António Manuel Pita Rentróia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves

VOGAL João Alcindo de Freitas

VOGAL António José Jardim Faria

FISCAL ÚNICO

KPMG & Associados S.R.O.C. 109

Relatório de Gestão

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., submeter à acionista a apreciação e aprovação do Relatório e Contas respeitante à atividade desenvolvida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

APRESENTAÇÃO

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., seguidamente referida por SG, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, e composta por agregação de capitais públicos, tem como actividade o transporte coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana e no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 Euros e é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 Euros.

ENQUADRAMENTO GERAL

A SG no sector interurbano está implantada no mercado dos transportes públicos de passageiros, na Região Autónoma da Madeira, como uma empresa orientada para servir o cliente com qualidade e segurança. Na área da sua atuação prima pelas infraestruturas utilizadas, material circulante, recursos humanos, informação fornecida de apoio ao cliente e responsabilidade do serviço social que presta.

A SG continua a assumir a sua responsabilidade, pública e social, actuando na área da mobilidade, através das carreiras interurbanas de transporte de passageiros que lhe estão concessionadas, contribuindo para o desenvolvimento das populações residentes, nas zonas da sua atuação, utilizando os seus próprios recursos e ajustando a sua atividade às necessidades do mercado, de modo a aumentar a sua eficiência e qualidade de serviço.

A economia da Madeira depende, em grande parte, do sector do Turismo, pois representa 24% do PIB regional.

De modo a atrair mais visitantes, as várias entidades regionais empenharam-se em criar cartazes turísticos apelativos à procura, com programas ricos em manifestações de carácter cultural, etnográfico artístico, e cada vez mais, o desportivo. Deste modo, a SG, através da sua atividade, contribui para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira aquando daquelas manifestações, para além dos serviços em geral, que presta no decorrer da sua atividade.

ACTIVIDADE

Portugal solicitou em 2011 assistência financeira internacional. A Região Autónoma da Madeira solicitou ajuda financeira à República. Para garantir o seu financiamento foi criado um Plano de Assistência Económica e Financeira para ser aplicado aos anos de 2011/2015. Com vista ao seu cumprimento, foram impostas medidas de austeridade e reformas estruturais de modo a controlar o desequilíbrio das finanças públicas. Como resultado registou-se uma grande retração da economia, redução do rendimento das famílias emigração e elevadas taxas de desemprego, realidade esta que contribuiu fortemente para uma descida da mobilidade das populações e logo, afectando atividade da SG.

O Plano acima referido tinha como um dos objetivos contribuir para o equilíbrio da situação económica e financeira das empresas participadas com capitais públicos. Impunha, entre outras medidas, reduções drásticas nas despesas, impedimento ao investimento e aumentos salariais, corte nas indemnizações compensatórias e aumentos no tarifário.

Tais medidas, incluídas nos Orçamentos de Estado, e acompanhadas pelos Orçamentos da RAM para os anos de 2011/2015, não estão a sortir, na sua plenitude, os efeitos acima desejados, principalmente na actividade que desenvolvemos, transporte de passageiros, porque resultou num envelhecimento da frota, numa descida da receita e num decréscimo de passageiros transportados.

No entanto, há que relevar o benefício do plano, no que diz respeito à redução de custos, que permitiu que a SG analisasse toda a sua actividade, tanto nos gastos com a contratação de bens e serviços como nos gastos com o pessoal, bem como na gestão operacional da exploração dos seus serviços, adaptando a oferta à procura, o que resultou numa melhoria dos resultados apresentados.

Terminado o plano acima descrito, já no decorrer do presente exercício, e embora em seu resultado a economia do País crescesse ligeiramente e a taxa de desemprego decrescesse, também ligeiramente, mantiveram-se praticamente todas as medidas restritivas em vigor. No entanto, não houve medidas que contribuíssem fortemente para um maior rendimento das famílias, para criação de emprego e para desaceleração da emigração, logo, não existindo incentivos ao crescimento da mobilidade das pessoas. Por este facto, a actividade da SG continua a ser influenciada pelo decréscimo da procura.

Do exposto e complementando a breve análise à actividade da SG, abaixo discriminamos os principais motivos que contribuíram para a melhoria dos resultados deste exercício:

- Nas viaturas, por estarem a atingir o seu fim de vida útil e o não haver investimento na aquisição de novas, que resulta num decréscimo nos gastos de depreciações;
- No custo do litro do gasóleo, custo incontrolável, que atingiu mínimos só registados em 2010 e a grande concorrência na oferta, por parte das petrolíferas, que fez com que a SG conseguisse um melhor preço de aquisição e que resultou numa redução significativa deste gasto;
- Na redução de gastos, resultantes da contratação de serviços externos, nomeadamente seguros e alugueres de parque de estacionamento;
- No ligeiro aumento das indemnizações compensatórias, resultado do reajustamento previsto no protocolo assinado neste exercício;
- No serviço de Turismo, alugueres ocasionais, um aumento da procura, motivado essencialmente pelo aumento de turistas que nos visitaram.

- Foram tomadas iniciativas de promoção e divulgação, entre as quais introdução de dois novos títulos de um dia, adulto e criança, denominado Giro 24, combinado com a rede urbana.

Na perspectiva futura, no serviço interurbano, o equilíbrio da actividade operacional e dos resultados da SG, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

No serviço de turismo, já dotado de uma considerável inércia, afigura-se conveniente desenvolver uma política de marketing, baseada em estudos de mercado e estreito relacionamento com as agências de viagens, de forma a melhorar o binómio serviço/valor acrescentado, para relançar a actividade e rentabilizar mais o serviço. Para o efeito deverá ser também enquadrado, quanto possível, no documento estratégico para o turismo da região 2015/2020.

SERVIÇO CARREIRAS INTERURBANAS

A exploração do serviço decorreu com normalidade, não se registando aspetos de relevo que provocassem perturbações, tanto no âmbito operacional como no comercial.

OFERTA

Manteve-se a extensão da rede simples em 232 km.

O total de Km percorridos, em 2015, foi praticamente idêntico ao do ano anterior, fixando-se nos 1.500.988 quilómetros.

Foram realizadas 57.267 viagens, menos 364 que no ano anterior.

A redução de viagens deveu-se essencialmente ao reajustamento da oferta no período escolar, onde foi introduzido um novo horário.

O quadro abaixo apresenta, em resumo, os indicadores da oferta comparativamente com ano anterior:

Indicadores	2015	2014	Quant.	%
Km úteis	1 383 419	1 390 190	-6 771	-0,49%
Km em vazio	117 568	110 485	7 083	6,41%
Total km	1 500 988	1 500 675	313	0,02%
% km vazios	7,83	7,36	0,47	6,39%
Lotação média	60	60	0,00	0,00%
Lugares/km, oferecidos	83 005 187	83 411 408	-406 221	-0,49%
Viagens realizadas	57 267	57 631	-364	-0,63%
Velocidade média (Km)	27	24	3	12,50%

PROCURA

O número de passageiros transportados foi de 1.236.033, registando uma redução de 2,1%, relativamente ao ano anterior.

Uma breve análise à venda de títulos:

- Nos bilhetes verifica-se uma subida de 5.444 títulos, mais 1,02% em relação ao ano anterior. O aumento focaliza-se nos títulos vendidos principalmente para locais de interesse cultural, paisagístico e recreativo, tais como Camacha, Santo da Serra, Cural das Freiras, Ribeiro Frio, Poiso e Santana. Contribuiu também para aquele aumento a introdução do novo título, bilhete de um dia, combinado com a rede urbana. Nos restantes títulos, utilizados essencialmente por clientes residentes, foram registadas reduções, algumas significativas, justificado pela ainda elevada taxa de desemprego, emigração e contensão de custos por parte das famílias.
- Nos passes sociais, verifica-se uma descida 922 títulos, menos 4,45% que no ano anterior. A redução regista-se em quase todos os tipos de títulos e pelos mesmos motivos acima descritos.

No quadro seguinte são apresentados os principais indicadores da procura, no serviço regular das carreiras:

Indicadores	2015	2014	Quant.	%
Passageiros transportados	1.236.033	1.262.254	-26.221	-2,08%
Percurso médio	19	19	0,00	0,00%
Passageiro/km transportado	23.039.655	23.530.484	-490.829	-2,09%
Taxa de ocupação	27,76	28,21	-0,45	-1,60%

FISCALIZAÇÃO

Foram fiscalizadas 5.969 viagens, o que corresponde a menos 24,3%, relativamente ao ano anterior, redução motivada pela menor disponibilidade de fiscais ao serviço. O total de passageiros fiscalizados foi de 66.150.

PARAGENS

Os trabalhos de manutenção da rede de paragens decorreram com especial atenção à restauração de suportes e placas de paragem, com o objetivo de manter a boa imagem da sinalética nos pontos de paragem, importante para o decurso normal do serviço e referência para os clientes e pessoal de tráfego.

SERVIÇO DE ALUGUER/TURISMO**OFERTA**

O material circulante, afecto a estes serviços apresenta uma idade média elevada, o que, para além de ser uma desvantagem face à concorrência, principalmente em condições de apresentação e conforto, tem reflexos negativos de ordem comercial, na imobilização e nos custos da manutenção.

Foram realizados mais 840 serviços, correspondendo a mais 54 mil Km percorridos.

O quadro seguinte resume os principais indicadores da oferta:

Indicadores	2015	2014	Quant.	%
Veículo/km (total)	284 057	230 341	53 716	23,32%
Lotação média	46	45	1	2,22%
Serviços realizados	5 521	4 681	840	17,94%
Frota (unidades)	39	39	0	0,00%

A frota disponível, manteve a tipologia de 53, 24 e 18 lugares, num total de 39 unidades e com uma idade média de 15 anos.

PROCURA

A procura provém essencialmente do serviço gerado pelo movimento de passageiros entrados na Região, sendo o seu maior enfoque os desembarcados dos navios cruzeiros que escalam o porto do Funchal. Pelos dados estatísticos e em relação ao ano anterior, o porto e o aeroporto do Funchal registaram um aumento do número de navios escalados e um aumento de passageiros entrados.

O total de serviços prestados, registou um aumento de 20,07%.

Os serviços requisitados pelas agências de viagens, representam 57% do volume de negócios nesta área de actividade.

RECURSOS HUMANOS

Os principais indicadores são os seguintes:

Indicadores	2015	2014
Nº Funcionários	69	66
Saídas	2	6
Entradas	5	2
Faltas (em nº horas)	3.977	2.725
Taxa Trab. Suplementar	14,2%	11,2%
Formação		
Cursos	16	3
Formandos	39	21
Horas formação	962	42
Exames médicos periódicos	55	33
Exames médicos ocasionais	126	115
Acidentes de trabalho	0	1
Álcool testes efectuados	1.372	2.040
Testes positivos	0	0

FROTA E MANUTENÇÃO

A SG terminou o ano com 98 viaturas, menos duas que no ano anterior, por abate, ficando com 59 no serviço Interurbano e 39 no Turismo.

A Idade Média das viaturas é a seguinte:

- No serviço interurbano, 26 anos;
- No serviço de aluguer/turismo, 15 anos.

As oficinas da HF asseguram a manutenção da frota da SG, destacando-se as seguintes intervenções:

- Reparações gerais, 3;
- Manutenção Preventiva - A fim de serem prevenidas futuras avarias, são realizadas anualmente revisões em todas as viaturas. Foram efetuadas 343, mais 85 que no ano anterior;
- Inspeções periódicas - Foram realizadas 187 inspeções periódicas às viaturas, menos 8 que no ano anterior.

O custo km por viatura, manutenção e combustíveis, foi de 1,22 euros, para as viaturas afetas ao serviço de turismo e de 0,96 euros para as do serviço interurbano. Menos 0,02 euros e 0,16 euros que no ano anterior, respectivamente.

A média de consumo de combustível para o serviço interurbano aumentou em 0,22% sendo agora de 58,26 L/100 km. No serviço de turismo é de 52,74 L/100 km e era de 52,95 L/100 km, menos 0,40%.

AMBIENTE

A SG está firmemente comprometida com a conservação e proteção ambiental, desenvolvendo um esforço para minimizar os impactos decorrentes da sua atividade, quer a nível de emissões de poluentes, quer a nível de consumos de recursos naturais.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA**ESTRUTURA DOS CUSTOS E PROVEITOS EM 2015**

	S. Interurbano	S. Turismo	Total
Gastos e perdas			
Gastos pessoal	1.399.134,27	221.068,12	1.620.202,39
Forn. Serv. Externos-Combustíveis	740.545,35	160.651,67	901.197,02
Forn. serv. Externos-Outros	1.060.508,98	447.997,02	1.508.506,00
Gastos dep. Amortizações	248.377,16	1.293,03	249.670,19
Gastos e perdas financiamento	0,00	0,00	0,00
Restantes gastos e perdas	19.179,72	10.088,09	29.267,81
	3.467.745,48	841.097,93	4.308.843,41
Rendimentos e ganhos			
Prestação de serviços	2.439.476,70	937.865,16	3.377.341,86
Ind. Compensatória-ent.públicas	695.211,42	0,00	695.211,42
Restantes rend. e ganhos	76.118,28	47.207,70	123.325,98
	3.210.806,40	985.072,86	4.195.879,26
Resultados antes impostos	-256.939,08	143.974,93	-112.964,15

Demonstração do Resultado por Km percorrido

Gastos e Perdas	Interurbana	Turismo
Custos Exploração / Km	2,49	2,93
Outros Custos / Km	0,01	0,03
Total de Custos / Km	2,50	2,96
Rendimentos e Ganhos	Interurbana	Turismo
Proveitos de Exploração / Km	2,27	3,30
Outros Proveitos / Km	0,06	0,17
Total de Proveitos / Km	2,33	3,47
Resultado / Km	-0,17	0,51

Demonstração do Resultado por Passageiro Transportado

Gastos e Perdas	Interurbana
Custos Exploração / Passageiro	2,79
Outros Custos / Passageiro	0,02
Total de Custos / Passageiro	2,81
Rendimentos e Ganhos	Interurbana
Proveitos de Exploração / Passageiro	2,54
Outros Proveitos / Passageiro	0,06
Total de Proveitos / Passageiro	2,60
Resultado / Passageiro	-0,21

O resultado líquido deste exercício é negativo em 112.972,51 euros e no ano anterior foi negativo em 489.212,06 euros.

Atendendo aos resultados negativos não foi estimado qualquer valor de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com exceção de 15,50 euros de tributação autónoma sobre despesas de representação. Os impostos diferidos totalizaram 7,14 euros.

Os dois serviços que compõem a atividade da SG apresentam os seguintes resultados antes de impostos:

- O do Interurbano um resultado negativo de 257 mil euros e no ano anterior de 382 mil euros, também negativo;

- O do Turismo um resultado positivo de 144 mil euros, quando em 2014 foi de negativo de 108 mil euros.

Da análise efectuada, verifica-se uma melhoria nos resultados em relação aos verificados nos últimos anos e refletidos num EBITA positivo de 137 mil euros. Se considerarmos como um gasto extra, o pagamento relativo ao descanso compensatório por trabalho suplementar prestado, no montante de 126 mil euros, e efectuada a devida correcção, o EBITA passa para 263 mil euros.

Analisando da mesma forma o resultado líquido do exercício, passaria de negativo em 113 mil euros para 13 mil euros positivo.

Abaixo apresentam-se as variações mais significativas das rubricas da demonstração dos resultados, comparativamente ao exercício anterior:

Gastos

Reduções

- Nos fornecimentos e serviços externos em 195 mil euros, menos 7,5 % que em relação ao ano anterior, sendo o gasóleo e as rendas e alugueres que mais contribuíram para esta redução, 114 mil euros e 63 mil euros respectivamente;
- Nos gastos/reversões de depreciação e de amortização em 33 mil euros e justifica-se pelo esgotamento da vida útil de viaturas;

Aumentos:

- Na rubrica gastos com o pessoal em 85 mil euros, mais 5,5%, que no ano anterior, sendo os mais significativos o pagamento relativo ao descanso compensatório por trabalho suplementar prestado entre 2004 e 2012, em 126 mil euros, e o trabalho suplementar no montante de 19 mil euros.

Rendimentos

Aumentos

- No serviço de aluguer/ turismo verificou-se um aumento de 159 mil euros, representando mais 20,07% que o ano anterior.
- Nos subsídios à exploração, um aumento de 68 mil euros, com a seguinte justificação:

A indemnização compensatória, foi registada inicialmente, de acordo com o protocolo assinado em 12/05/2015, na parte referente ao montante máximo a atribuir à SG e no valor de 661 mil euros, atendendo que o protocolo refere que o valor provisório a processar em 2015, será o atrás

referido, excepto quando a importância apurada nos elementos finais do exercício de 2014, apresentados pela SG, fosse inferior, caso em que seria esse o valor de referência a considerar em 2015. Do apuramento efectuado resultou a manutenção daquele mesmo valor;

O protocolo acima, refere ainda:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2015, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, deste exercício, será efectuado pela Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, outorgante deste protocolo, até 31/08/2016;
- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2014, sendo efectuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

O acima descrito, já foi aplicado no exercício de 2015, com as necessárias adaptações e com base nos valores de 2014, resultando um valor adicional de 34 mil euros a favor da SG. Para contemplar o referido adicional, foi feito um aditamento protocolo com data de 11/12/2015. À data do presente relatório o valor em questão já foi recebido.

Foram registados 63 mil euros de ajustamentos relativos ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, referentes às Indemnizações compensatórias dos anos de 2010 e 2011. O ajustamento foi reconhecido, nas demonstrações financeiras, na rubrica subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20.No exercício de 2014 o ajustamento foi no valor de 29 mil euros.

- Nas imparidades das dívidas a receber, 22 mil euros devido essencialmente á reversão de ajustamentos efectuados na rubrica de clientes;

Reduções:

No serviço interurbano, os bilhetes registam um aumento de 25 mil euros, mais 2,07% e os passes uma redução de 54 mil euros, menos 4,51%. No total uma redução na venda de títulos no montante de 31 mil euros. Neste exercício não houve alteração do tarifário.

Principais indicadores económico-financeiros

DESCRIÇÃO	2015	2014	Varição
Activo não corrente	436 774,90	796 201,07	-45,14 %
Activo corrente	2 258 564,49	1 067 231,94	111,63 %
Diferimentos activos	41 837,98	998,17	4 091,47 %
Caixa e depósitos bancários	136 228,67	120 440,55	13,11 %
Total do activo	2 695 339,39	1 863 433,01	44,64 %
Capital realizado	5 000 000,00	5 000 000,00	0,00 %
Capital próprio	1 181 068,98	294 081,36	301,61 %
Passivo	1 514 270,41	1 569 351,65	-3,51 %
Diferimentos passivos	61 198,04	62 423,56	-1,96 %
Vendas Prestações de serviços	3 377 341,86	3 249 316,60	3,94 %
Resultados operacionais	-112 964,15	-489 081,97	76,90 %
Resultados antes de impostos	-112 964,15	-489 200,04	76,91 %
Imposto s/ o rend. do exercício	-8,36	-12,02	-30,45 %
Resultado líquido do exercício	-112 972,51	-489 212,06	76,91 %

INVESTIMENTO

Neste exercício, não foi efetuado qualquer investimento relevante, com excepção das reparações em órgãos de substituição de viaturas no montante de 143 mil euros.

DESINVESTIMENTO

Procedeu-se ao abate de duas viaturas e de alguns órgãos de viaturas, tendo estes sido substituídos por outros reparados. O montante total foi de 265 mil euros.

CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da sociedade, no valor de 1.181.068,98 euros tal qual no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do Capital Social. Para ultrapassar esta situação, e dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista única, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

FINANCIAMENTO

Não foi necessário recorrer a qualquer financiamento.

PERSPECTIVAS FUTURAS

Apesar de, conforme orientações recebidas, ter deixado de constar dos objectivos do Governo regional da Madeira a privatização do capital do Grupo HF, mantém-se a necessidade de continuar a sua reestruturação, tendo em vista a gestão dos recursos disponíveis, materiais e humanos, no sentido de dotar as empresas do grupo de capacidades próprias para a prestação da sua actividade que assegurem, tanto quanto possível o seu equilíbrio económico e financeiro. Para o efeito, encontra-se a ser desenvolvido um estudo cujo objecto é a análise das áreas de negócio da empresa, sob a perspectiva do mercado e da sua viabilidade, bem como do seu valor em mercado. Neste âmbito, a SG será objecto desse estudo nas áreas do transporte interurbano e de aluguer de autocarros com condutor.

Em 2016, pretende-se retomar o investimento necessário a uma renovação progressiva da frota, com a aquisição de 7 autocarros, o qual melhorará as condições de oferta, permitindo à SG continuar a apostar num serviço de qualidade, com segurança e eficiência, dando-se início à redução da idade média da frota para níveis mais adequados às suas actividades.

O tarifário, em 2016, não foi alterado e não é de nosso conhecimento que o venha a ser, pelo menos até à data do presente relatório. É de notar que as tarifas dos títulos de transporte, praticadas e aplicadas pela SG nas suas vendas, são fixadas, pelo Governo Regional da Madeira, através de uma portaria criada para o efeito.

Continuará a sentir-se dificuldade em melhorar os níveis da procura, apesar das anunciadas perspectivas de algum crescimento económico e de ligeira redução do desemprego. No entanto, a SG vai continuar a desenvolver a sua actividade focalizada nas necessidades de deslocação dos seus clientes, cumprindo com a regulamentação em vigor, e efectuando os ajustamentos mais adequados a aumentar as suas receitas e a reduzir os custos operacionais, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrada no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da actividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

A Administração informa que já foram tomadas as medidas necessárias para a reposição do capital social da empresa em conformidade com o disposto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

A Administração informa, ainda, que o fiscal único, KPMG & Associados S.R.O.C. representado, como membro efectivo, pelo Sr. Dr. João Albino Cordeiro Augusto, ROC nº.632, foi substituído, em 01 de Janeiro de 2016, pelo fiscal único suplente Sr^a. Dr^a. Adelaide Maria Veigas Clare Neves, ROC nº 862.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o Resultado Líquido do exercício, negativo em 112.972,51 euros, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Funchal, 09 de Março de 2016

O Conselho de Administração

Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Presidente

João Alcindo de Freitas Vogal

António José Jardim Faria Vogal

Contas Do Exercício

BALANÇO

Rubricas	Notas	Exercício	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	436.774,90	550.046,74
Outras contas a receber	11		246.154,33
		436.774,90	796.201,07
Activo corrente			
Inventários		1.836,30	1.989,04
Clientes	9	298.734,11	295.457,47
Adiantamentos a fornecedores		35,79	
Estado e outros entes públicos	10	195.485,29	139.875,70
Accionistas / sócios	7	1.239.428,86	63.654,40
Outras contas a receber	11	344.977,49	444.816,61
Diferimentos	12	41.837,98	998,17
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários	4	136.228,67	120.440,55
		2.258.564,49	1.067.231,94
Total do Activo		2.695.339,39	1.863.433,01
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	5.000.000,00	5.000.000,00
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio	13	1.000.000,00	
Prémios de emissão			
Reservas legais	14	55.883,80	55.883,80
Outras reservas			
Resultados transitados	15	-4.761.842,31	-4.272.623,11
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio	16		32,73
Resultado líquido do período		-112.972,51	-489.212,06
Interesses minoritários			
Total do Capital Próprio		1.181.068,98	294.081,36
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos	8		7,14
Outras contas a pagar			
		0,00	7,14
Passivo corrente			
Fornecedores	18	921.657,66	997.969,64
Adiantamentos de clientes		492,86	1.000,00
Estado e outros entes públicos	10	43.059,18	39.108,73
Accionistas / Sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar	17	487.862,67	468.842,58
Diferimentos	12	61.198,04	62.423,56
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
		1.514.270,41	1.569.344,51
Total do Passivo		1.514.270,41	1.569.351,65
Total do Capital Próprio e do Passivo		2.695.339,39	1.863.433,01

O Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Exercícios	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	19	3.377.341,86	3.249.316,60
Subsídios à exploração	11 e 20	758.016,73	690.132,35
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-6.207,19	-7.502,93
Fornecimentos e serviços externos	21	-2.409.703,02	-2.604.960,95
Gastos com pessoal	22	-1.620.202,38	-1.534.832,74
Imparidades de inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 e 10	38.136,38	15.896,30
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/Reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	23	15.085,66	19.552,59
Outros gastos e perdas	24	-15.762,00	-34.108,84
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		136.706,04	-206.507,62
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 25	-249.670,19	-282.574,35
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-112.964,15	-489.081,97
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			-118,07
Resultado antes de impostos		-112.964,15	-489.200,04
Imposto sobre rendimento do período	8	-8,36	-12,02
Resultado líquido do período		-112.972,51	-489.212,06

O Contabilista Certificado

A Administração

Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Exercícios	
	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	2.929.735,24	2.733.324,33
Pagamento a Fornecedores	-3.744.907,73	-3.879.277,40
Pagamentos ao Pessoal	-894.114,59	-881.269,57
Fluxos de caixa das actividades operacionais	-1.709.287,08	-2.027.222,64
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento	-7.315,78	-7.513,73
Outros recebimentos / pagamentos	860.739,67	2.278.908,26
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-855.863,19	244.171,89
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Activos Fixos Tangíveis	-128.348,69	-269.306,63
Recebimentos de		
Activos Fixos Tangíveis		
Juros e Rendimentos similares		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-128.348,69	-269.306,63
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos de		
Financiamentos Obtidos		
Real. Capital e out. instrumentos capital próprio	1.000.000,00	
Pagamentos de		
Financiamentos Obtidos		
Juros e gastos similares		-258,62
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	1.000.000,00	-258,62
Varição de Caixa e seus equivalentes (1+2+3)	15.788,12	-25.393,36
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	120.440,55	145.833,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período	136.228,67	120.440,55

O Contabilista Certificado

A Administração

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2014								Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2013		5 000 000,00	-	55 883,80	(3 768 976,31)	64,60	(503 638,82)	783 333,27
Alterações no Período	15 e 16							
Primeira adopção novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças conversão demonstrações financeiras								
Realização exc. Reval. Act. fixos tang. intangíveis								
Exced. rev. Act. fixos tang e intang. resp. variações					(7,98)	(39,85)		(47,83)
Reconhecimento de subsídios ao investimento						7,98	7,98	
Ajustamentos por impostos diferidos								
Aplicação do resultado líquido do período					(503 638,82)		503 638,82	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
					(503 646,80)	(31,87)	503 638,82	(39,85)
Resultado Líquido do Período							(489 212,06)	(489 212,06)
Resultado Extensivo							14 426,76	14 426,76
Operações c/ Detent. capital no Período								
Outras operações								
Posição no Fim do Período 2013		5 000 000,00	-	55 883,80	(4 272 623,11)	32,73	(489 212,06)	294 081,36
O Contabilista Certificado		A Administração						

Demonstração das alterações no capital próprio no período 2015								Valores em euros
	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2014		5 000 000,00	-	55 883,80	(4 272 623,11)	32,73	(489 212,06)	294 081,36
Alterações no Período	15 e 16							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do exced reval de act fixos tang e intangíveis								
Excedentes rev. de act fixos tang e intang. resp variações						(7,14)	(39,87)	(47,01)
Reconhecimento de subsídios ao investimento						7,14	7,14	
Ajustamentos por impostos diferidos								
Aplicação do resultado líquido do período	15				(489 212,06)		489 212,06	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
					(489 219,20)	(32,73)	489 212,06	(39,87)
Resultado Líquido do Período							(112 972,51)	(112 972,51)
Resultado Extensivo							376 239,55	376 239,55
Operações c/ Detentores capital no Período								
Realizações de capital	13							
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações			1 000 000,00					1 000 000,00
			1 000 000,00					1 000 000,00
Posição no Fim do Período 2014		5 000 000,00	1 000 000,00	55 883,80	(4 761 842,31)	-	(112 972,51)	1 181 068,98
O Contabilista Certificado		A Administração						

Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

1 Nota Introdutória

1.1 Identificação da Entidade

1.1.1 Designação da Entidade

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (SG), é uma sociedade constituída em 10 de Junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Em seu tipo – sociedade comercial por acções, natureza – entidade privada, composição - agregação de capitais públicos e está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, presentemente com o nº. único 511007116, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 Euros.

1.1.2 Objeto e finalidade

Exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49391 - Transporte interurbano em autocarros), assegura no sector o aluguer de autocarros com condutor, para o turismo (CAE 49392 - Outros transportes terrestres de passageiros, diversos, n.e.).

1.1.3 Sede

A S.G. é a pessoa colectiva nº. 511007116, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

1.1.4 Designação da empresa mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída em 5 de Junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por acções, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objecto e finalidade - exploração em regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e actuais a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9.º, com o Capital Social integralmente realizado de 17.852.360,00 Euros.

1.1.5 Sede da empresa mãe

A HF é a pessoa colectiva nº. 511026340, com sede no Sítio da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações financeiras

2.1 Disposições gerais

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 09 de Março de 2015, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2015 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de Dezembro de 2014.

2.2 Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3 Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, excepção feita aos bens do equipamento básico (viaturas para transporte de passageiros, desagregada em componentes) adquiridos até o ano de 1992 que estão acrescidos das reavaliações efectuadas ao abrigo dos Decretos-Lei 49/91 de 25 de Janeiro e 264/92, de 24 de Novembro.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do activo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respectivas imobilizações.

As reparações/ manutenção de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são activos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações / manutenção periódica, preventiva e preditiva, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua actividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a SG tem por norma imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua actividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da SG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado activo inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor no residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve reflectir os fluxos de caixa esperados, actualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A SG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a SG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um activo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos activos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha recta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2015, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efectuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes activos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de bens	Anos
Edifícios e outras construções	3 a 10
Equipamento básico:	
Viaturas	
Motores	8
Caixas velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos cobrança e controlo	3 a 8
Programas de cobrança e controlo	3
Equipamento administrativo	5 a 8
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, vão ser revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do activo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Direitos de concessão

Os direitos de concessão para o transporte público de passageiros, 13 carreiras, foram concedidas, sem valor e não estão registados como activos intangíveis, pelo facto de não existir um mercado activo para valorização das mesmas e por incorporarem um serviço público não passível de ser quantificável.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos relevados contabilisticamente e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço, não se procedendo ao respectivo desconto.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos activos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (write down) para o seu valor realizável líquido sempre que esses activos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efectiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do

balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente quanto aos que respeitam a activos fixos tangíveis depreciáveis e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a activos fixos tangíveis não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio do Governo não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio do Governo que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa sem qualquer futuro custo relacionado é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio do Governo tomar a forma de transferência de um activo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do activo não monetário e contabilizar quer o subsídio quer o activo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o activo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios do Governo não condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio do Governo se torna recebível.

Os subsídios do Governo condicionais que se relacionem com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efectuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Activos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece activos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os activos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os activos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente reflectidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um ex fluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o activo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respectivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transacção à data do balanço quando o desfecho de uma transacção possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transacção pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas reflectem os eventos subsequentes ocorridos até 09 de Março de 2016 data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço susceptíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 27).

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses activos.

Um activo que se qualifica é um activo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um activo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o activo estejam a ser incorridos. Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as actividades que sejam necessárias para preparar o activo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando substancialmente todas as actividades necessárias para preparar o activo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3 Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efectuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos, fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados antes de 1 de janeiro de 2010 podem ser reportados por um período de 6 anos.

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de Dezembro de 2011 podem ser reportados por um período de 4 anos.
- Os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos.
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 podem ser reportados por um período de 12 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos activos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais teve por base projecções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória

Os subsídios atribuídos pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos, mas com uma certeza razoável de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

De acordo com o mesmo protocolo, assinado em 12/05/2015, há que referir o seguinte:

Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector. São os elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras, devidamente aprovadas, que vão contribuir para o seu apuramento;

Que após o apuramento final, o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2014, sendo efectuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector.

Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o plafon máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais.

Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Vidas úteis

A vida útil de um activo é o período durante o qual uma entidade espera que um activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos activos, principalmente para o seu equipamento básico (viaturas de transporte colectivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os activos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efectuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização, em 2014 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correcção.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

O Capital Próprio da sociedade, no valor de 1.181.068,98 euros tal qual no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do Capital Social. Para ultrapassar esta situação, e dar cumprimento ao artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista única, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros, e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

O equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros, da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020, já em discussão pública, contrariamente ao que foi referido no relatório do ano de 2014 que ia ser enquadrado de acordo com o Plano de Ajustamento Financeiro da Região Autónoma da Madeira, aprovado em 27 de Janeiro de 2012, que define que a Região Autónoma da Madeira, na qualidade de principal accionista da Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A., e indirectamente detentora da totalidade do capital da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., deveria proceder à privatização da Empresa, facto que se previa ocorrer durante o exercício de 2015.

3.5 Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4 Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

A 31 de Dezembro de 2015 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Caixa	1.000,00	1.000,00
Depósitos à ordem		
Barclays Bank PLC	2.798,00	367,75
Montepio	985,00	2.995,64
Banco Novo, ex BES	38.507,75	74.373,40
BIC	23.610,63	
Banif	13.818,26	2.111,67
Caixa Geral de Depositos	48.997,73	37.428,80
Millenium BCP	6.211,30	1.863,29
IGCP	300,00	300,00
	136.228,67	120.440,55

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Terrenos e recursos naturais	3,95	3,95
Edifícios e outras construções	9.729,26	9.729,26
Equipamento básico	10.659.832,76	10.788.557,03
Equipamento administrativo	39.320,61	39.330,57
Outros activos fixos tangíveis	4.389,69	4.389,69
	10.713.276,27	10.842.010,50
Depreciação acumulada e imparidade		
Depreciação do período	15.462,39	295.350,85
Depreciação acumulada de períodos anteriores	-10.291.963,76	-10.587.314,61
Perdas por imparidade do período	0,00	0,00
Perdas por imparidade de períodos anteriores	0,00	0,00
	-10.276.501,37	-10.291.963,76
Valor líquido contabilístico	436.774,90	550.046,74

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis, durante o ano 2015, são analisados como segue:

	Saldo inicial	Adições	Abates/alienações	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto:					
Terrenos e recursos naturais	3,95				3,95
Edifícios e outras construções	9.729,26				9.729,26
Equipamento básico	10.788.557,03	142.855,59	-74.282,61	-197.647,29	10.659.482,72
Equipamento de transporte	0,00				0,00
Equipamento administrativo	39.330,57	340,08			39.670,65
Equipamentos biológicos	0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	4.389,69				4.389,69
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00				0,00
	10.842.010,50	143.195,67	-74.282,61	-197.647,29	10.713.276,27
Depreciação acumulada e imparidade					
Terrenos e recursos naturais	-3,95				-3,95
Edifícios e outras construções	-9.729,26				-9.729,26
Equipamento básico	-10.241.195,23	-249.330,11	74.282,61	190.849,97	-10.225.392,76
Equipamento de transporte	0,00				0,00
Equipamento administrativo	-36.645,63	-340,08			-36.985,71
Equipamentos biológicos	0,00				0,00
Outros activos fixos tangíveis	-4.389,69				-4.389,69
	-10.291.963,76	-249.670,19	74.282,61	190.849,97	-10.276.501,37
Total	550.046,74				436.774,90

As adições correspondem essencialmente a reparações efectuadas em vários órgãos de substituição de viaturas, que por sua vez, deram lugar ao abate dos respectivos órgãos de substituição e estão relevadas na rubrica Outras Alterações.

Nos abates/alienações regista o abate de duas viaturas.

7 Acionistas/sócios

Apresenta um saldo devedor de 1.239.428,86 euros, sendo 1.234.711,12 euros de valores a receber, da HF, pela venda de títulos de transporte associados à nossa prestação de serviços interurbanos e de 4.717,74 euros, referente a venda de bens de investimento. Fazemos notar que estes valores são de natureza meramente operacional e corrente e não associada à natureza/perspectiva de acionista.

Aqueles montantes variam de acordo com os valores recebidos e são liquidados conforme as disponibilidades de tesouraria.

8 Impostos sobre o rendimento

A Empresa regista nas suas contas o efeito fiscal, decorrente das diferenças temporárias, que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal. O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. O imposto corrente do exercício é no montante 8,36 euros.

Atendendo que o resultado fiscal é negativo, a SG só registou 15,50 euros de imposto referente a tributações autónomas.

Os impostos diferidos passivos, reconhecidos neste exercício, no montante de 7,14 euros, referem-se a subsídios ao investimento no montante 39.87 euros. As demonstrações financeiras, deste exercício, já não apresentam qualquer imposto diferido, relacionado com subsídios ao investimento, atendendo que os bens subsidiados terminaram a sua vida útil.

A SG não reconheceu impostos diferidos activos, dado que não espera obter lucros tributáveis futuros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis são analisados como segue:

Data limite de reporte	31/12/2015	31/12/2014
2014		406 974,99
2015	235 481,93	235 481,93
2017	404 612,01	404 612,01
2018	518 347,53	518 347,53
2026	527 599,85	527 599,85
2027	207 765,57	
	1 893 806,89	2 093 016,31

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos activos:

Descrição	31/12/2015		31/12/2014	
	Base	Imposto	Base	Imposto
Prejuízos fiscais 2007				
Prejuízos fiscais 2010			406 974,99	93 604,25
Prejuízos fiscais 2011	235 481,93	54 160,84	235 481,93	54 160,84
Prejuízos fiscais 2012	404 612,01	93 060,76	404 612,01	93 060,76
Prejuízos fiscais 2013	518 347,53	119 219,93	518 347,53	119 219,93
Prejuízos fiscais 2014	527 599,85	121 347,97	527 599,85	121 347,97
Prejuízos fiscais 2015	207 765,57	47 786,08		
	1 893 806,89	435 575,58	2 093 016,31	481 393,75

Para além dos prejuízos fiscais, que gerem impostos diferidos, e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

9 Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Valor Bruto:		
Clientes c/c		
Gerais	479 591,64	515 053,53
Serviços de turismo		
Serviços de transporte interurbano		
Empresas associadas		
Adiantamentos por conta de compras		
	479 591,64	515 053,53
Imparidade acumulada		
Perdas por imparidade do período	38 738,53	15 966,47
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-219 596,06	-235 562,53
	-180 857,53	-219 596,06
Valor líquido contabilístico	298 734,11	295 457,47

Embora a variação com ano anterior não seja muito relevante, há que referir que existe um melhor cumprimento dos prazos de pagamento por parte dos nossos clientes.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo inicial	Perdas	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade				
Serviços de turismo	217.750,06		38.738,53	179.011,53
Serviços de transporte interurbano	1.846,00			1.846,00
	219.596,06		38.738,53	180.857,53

As perdas de imparidade registada, respeita ao ajustamento de clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de clientes.

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	Entre 180 e 365 dias	Entre 365 e 730 dias	Mais de 730 dias
Clientes gerais	286.926,94	11.691,85	3.372,02	177.600,83
	286.926,94	11.691,85	3.372,02	177.600,83

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do sector de turismo, que deixaram de efectuar serviços e pagamentos e encontram-se ajustados na sua totalidade.

10 Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Activo		
Imposto sobre o rendimento	30 790,79	30 186,99
IVA a recuperar	195 500,79	139 801,88
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		90,97
Subtotal	226 291,58	170 079,84
Imparidade	-30 806,29	-30 204,14
	195 485,29	139 875,70
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções de imposto sobre o rendimento	13 554,21	11 247,91
Contribuições para a Segurança Social	29 504,97	27 769,85
Outras tributações		90,97
	43 059,18	39 108,73

A SG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta, os quais ascendem a 31 de Dezembro de 2015 a 30.806,29 euros. Em face à reduzida expectativa de recuperação, apresentação de prejuízos sucessivos, foi registado uma perda por imparidade no mesmo montante. Neste exercício registou uma imparidade no montante de 602,15 euros, sendo uma reversão de 6.696,48 euros, referente ao ano de 2011 e um aumento de 7.298,63 euros, respeitante ao ano de 2015.

O imposto a pagar de IRC do exercício é no montante de 15.50 euros.

11 Outras contas a receber

A rubrica de Outras Contas a Receber é analisada como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Valor Bruto:		
Adiantamentos ao pessoal	3.650,00	4.853,00
Outros devedores	125.688,72	28.020,41
Devedores por acréscimos de rendimentos	246.154,33	751.418,40
	375.493,05	784.291,81
Imparidade acumulada		
Imparidade do período	62.805,31	29.402,39
Imparidade de períodos anteriores	-93.320,87	-122.723,26
	-30.515,56	-93.320,87
Valor líquido contabilístico	344.977,49	690.970,94

As principais variações dos saldos apresentados são:

Nos outros devedores, é essencialmente a dívida por parte do Governo Regional da Madeira, referente às Indemnizações Compensatórias do ano 2015

Nos devedores por acréscimos de rendimentos, é referente às Indemnizações Compensatórias dos exercícios de 2010 e 2011. Estes valores estão a ser facturados e recebidos por duodécimos até o final de 2016. Foram efectuados ajustamentos no montante 62.805,31 euros relativo ao desconto da dívida e foi reconhecido, nas demonstrações financeiras em subsídios à exploração, de acordo com a NCRF nº.20. No exercício de 2014 foi de 29.402,39 euros.

12 Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Activo		
Gastos a reconhecer		
Seguros	41 837,98	998,17
Outros		
	41 837,98	998,17
Passivo		
Rendimentos a reconhecer		
Passes	59 377,64	60 623,56
Outros	1 820,40	1 800,00
	61 198,04	62 423,56

Nos gastos a reconhecer, o valor corresponde ao seguro de responsabilidade civil de passageiros, referente ao exercício de 2016. Em 2014, o mesmo seguro não foi liquidado antecipadamente.

Nos rendimentos a reconhecer, Passes, refere-se aos títulos de transporte vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de Dezembro e válidos para Janeiro do ano seguinte.

13 Capital realizado

O capital social de 5.000.000 euros, representado por 1.000.000 acções ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de Dezembro de 2015.

O Capital Próprio, tal qual no ano anterior, encontra-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida pelo art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar a situação, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

14 Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31/12/2015 totalizava 55.883,80 euros.

15 Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 489.212,06 euros, apresentando um saldo acumulado de 4.761.842,31 euros negativos.

16 Outras variações no capital próprio

A variação ocorrida no período está associada ao reconhecimento do subsídio ao investimento - subsídio aos sistemas de Bilhética e Apoio à Exploração, cujo proveito reconhecido no período foi de 39,87 euros e respectivo imposto diferido no montante que foi de 7,14 euros.

De acordo com um esclarecimento da Comissão de Normalização Contabilística que altera a forma de contabilização e apresentação das demonstrações financeiras no que diz respeito a Impostos diferidos sobre os subsídios ao investimento não reembolsáveis, neste exercício já não deviam ser apresentados como imposto diferido do exercício nem nos resultados transitados. Esta alteração não foi considerada, na SG, e está a ser revelada neste relatório.

Fazemos notar que estamos a falar de valores insignificantes, como expressa o primeiro parágrafo.

17 Outras contas a pagar

A rubrica de Outras contas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Não corrente		
Fornecedores de investimentos		
Credores por acréscimos de gastos		
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores		
Pessoal		
Corrente		
Fornecedores de investimentos	47.792,13	31.493,40
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	188.554,73	186.403,04
Outras remunerações a pagar	44.663,95	
Outros credores por acréscimos de gastos	14.116,51	13.951,28
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	191.432,71	229.672,13
Pessoal	1.302,64	7.322,73
	487.862,67	468.842,58

Em Fornecedores de Investimento os valores em aberto referem-se essencialmente à aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas, fornecidos pela empresa Mãe - Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A.;

Em outras remunerações a pagar, regista um acréscimo referente ao subsídio complementar de descanso, atribuído no presente exercício, referente a anos anteriores, que foi acordado com os trabalhadores será pago em 2016.

Em outros credores, é praticamente os serviços fornecidos pela Empresa - Mãe Horários do Funchal Transportes Públicos, S.A,

18 Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores c/c		
Gerais	6 701,37	36 684,01
Empresa-mãe	914 956,29	961 285,63
Facturas em recepção e conferência		
	921 657,66	997 969,64

Em Fornecedores Empresa – Mãe, HF, refere-se ao fornecimento de gasóleo e serviços de manutenção/ reparação de viaturas e é liquidado de acordo com as suas disponibilidades financeiras.

19 Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Serviços prestados		
Bilhetes	1.238.072,68	1.212.998,14
Vinhetas e passes	1.188.053,37	1.244.115,86
Turismo e outros	951.215,81	792.202,60
	3.377.341,86	3.249.316,60

A desagregação dos comparativos de 2014 foi alterada, neste anexo, face ao valor apresentado no Anexo do ano transacto. Fazemos notar que o valor total não foi alterado e apesar da desagregação apresentada no quadro acima, para efeitos comparativos, ser diferente, não tem impacto ao nível global das Demonstrações Financeiras.

As principais variações dos saldos apresentados são como segue:

Em serviços prestados, apresenta uma variação positiva de 128 mil euros e representa mais 3,94%, devendo-se a dois factores:

- No serviço interurbano, os bilhetes registam um aumento de 25 mil euros, mais 2,07% e nos passes, uma redução de 56 mil euros, menos 4,51% que no ano anterior. No total de títulos, uma redução no montante de 31 mil euros, menos 1,26% que no ano anterior. Neste exercício não houve alterações no tarifário e as variações refletem a redução do número de passageiros transportados que foi de menos 2,1%.
- No serviço de aluguer de turismo e outros, verificou-se um aumento de 159 mil euros, representando mais 20,07% que o ano anterior. A variação é mais significativa no serviço de turismo, motivado essencialmente pelo aumento dos passageiros desembarcados na nossa Região.

20 Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Indemnização compensatória	758 016,73	690 132,35
Outros		
	758 016,73	690 132,35

A indemnização compensatória, foi registada inicialmente, de acordo com o protocolo assinado em 12/05/2015, na parte referente ao montante máximo a atribuir à SG e no valor de 661 mil euros, atendendo que o protocolo refere que o valor provisório a processar em 2015, será o atrás referido, excepto quando a importância apurada nos elementos finais do exercício de 2014, apresentados pela SG, fosse inferior, caso em que seria esse o valor de referência a considerar em 2015. Do apuramento efectuado resultou a manutenção daquele mesmo valor;

O protocolo acima, refere ainda:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo sector, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de 2015, devidamente aprovadas;
- Que o apuramento de reconciliação, deste exercício, será efectuado pela Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, outorgante deste protocolo, até 31/08/2016;
- Que o montante da indemnização compensatória não pode sofrer uma variação, positiva ou negativa, superior a 15% do montante concedido, referente ao ano de 2014, sendo efectuado o ajustamento por dedução proporcional às empresas do sector;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

O acima descrito, já foi aplicado no exercício de 2015, com as necessárias adaptações e com base nos valores de 2014, resultando um valor adicional de 34 mil euros a favor da SG. Para contemplar o referido adicional, foi feito um aditamento protocolo com data de 11/12/2015. À data do presente relatório o valor em questão já foi recebido.

Do valor total apurado, 695 mil euros, para o montante apresentado nas demonstrações financeiras, difere em 63 mil euros e deve-se ao facto de ter sido registado um ajustamento relativo ao desconto da dívida da Secretaria Regional da Economia Turismo e Cultura, referente às indemnizações compensatórias do ano de 2010 e 2011. O ajustamento foi reconhecido, nas demonstrações financeiras, na rubrica subsídios à exploração, de acordo com a NCRF 20. No exercício de 2014 o ajustamento foi no valor de 29 mil euros.

21 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Subcontratos	63 359,57	42 413,92
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	18 302,57	12 329,53
Publicidade e propaganda	4 384,79	3 288,28
Vigilância e segurança		
Honorários		
Comissões	33 659,15	35 508,10
Conservação e reparação	1 095 244,28	1 094 822,11
Outros		
Materiais:		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido		
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	2 282,51	4 655,60
Artigos para oferta		
Outros	1 468,43	66,80
Energia e fluidos:		
Electricidade	766,53	669,51
Combustíveis	901 197,02	1 015 249,96
Água	5 472,21	6 916,73
Deslocações, estadas e transportes:		
Deslocações e estadas	59,78	16,20
Transportes de mercadorias	6,84	
Outros		
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	112 056,00	175 380,00
Comunicação	9 846,24	8 540,30
Seguros	104 430,66	183 066,90
Royalties		
Contencioso e notariado	243,00	387,00
Despesas de representação	77,50	100,00
Limpeza, higiene e conforto	45 282,73	12 953,73
Outros serviços	11 563,21	8 596,28
	2 409 703,02	2 604 960,95

Os fornecimentos e serviços externos, apresentam uma redução de 195 mil euros, menos 7,5%, que no ano anterior e destacam-se as seguintes rubricas:

- O gasóleo em 114 mil euros e deveu-se essencialmente à diminuição do valor unitário de aquisição.

- As rendas e alugueres, em 63 mil euros, motivado pela revisão de preços, por parte da Empresa-Mae, HF, dos estacionamentos utilizados na Estação da Camacha.
- Os seguros em 79 mil euros, derivado da nova contratação da nossa carteira de seguros.

No entanto, não queremos deixar de efectuar uma pequena análise às rubricas que sofreram aumentos, das quais:

- Subcontratos, em 21 mil euros, pelo aumento de serviços requisitados no exterior, motoristas da empresa-Mãe, HF, para a execução de serviços de turismo em períodos de maior mobilidade.
- Limpesa, higiene e conforto, dos autocarros, em 32 mil euros, motivado pelo aumento dos serviços solicitados, reconhecendo que a redução efectuado no exercício anterior revelou-se desajustada.

22 Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Remunerações dos órgãos sociais	36 033,12	36 033,12
Remunerações do pessoal	1 309 962,89	1 156 353,89
Outros benefícios		
Indemnizações	0,00	72 600,00
Encargos sobre remunerações	259 289,94	253 212,06
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	12 291,43	16 633,67
Gastos de acção social		
Outros gastos com o pessoal	2 625,00	0,00
	1 620 202,38	1 534 832,74

As remunerações dos órgãos sociais são valores atribuídos à empresa mãe, Horários do Funchal, pelo desempenho de cargos sociais dos seus membros do conselho de Administração na SG.

Em gastos com o pessoal, registou-se um aumento de 85 mil euros, mais 5,56% que no ano anterior, justificado da seguinte forma:

- Nas horas extras em cerca de 19 mil euros;
- Pela atribuição retroactiva de complementos de descanso compensatórios dos anos de 2006 a 2012 em 126 mil, sendo a pagar em 2016 cerca de 45 mil euros;

No que diz respeito a reduções destaca-se as indemnizações pagas a 5 funcionários, em 2014, pela cessão de contratos de trabalho por acordo mútuo, no valor de 73 mil euros.

Do exposto, há que referir que expurgando os gastos extraordinários, indemnizações e complementos de descanso, dos dois exercícios, a variação registada é de mais 32 mil euros,

mais 2,2% que no ano anterior, justificado essencialmente pelo aumento do trabalho extraordinário.

Nas restantes rubricas nada existe de relevante a registar, atendendo que o número de trabalhadores aumentou de 66 para 69.

Distribuição do pessoal em 31 de Dezembro de 2015 e 2014:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Órgãos sociais		
Directores/Chefias superiores		
Quadros superiores		
Quadros médios		
Chefias intermédias	1	1
Profissionais altamente qualificados	1	1
Profissionais semi-qualificados	67	64
Contratados a prazo		
	69	66

23 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Rendimentos suplementares	5.930,17	243,74
Outros	9.155,49	19.308,85
	15.085,66	19.552,59

Em outros rendimentos suplementares, refere-se essencialmente a publicidade efetuada em viaturas, indemnizações por sinistros e alienação/venda de órgãos de uma das duas viaturas abatidas.

24 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Impostos	84,76	
Descontos de pronto pagamento concedidos	530,67	80,00
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Restantes activos financeiros		
Investimentos não financeiros	6 797,32	20 972,05
Outros	8 349,25	12 865,82
Outros Juros		190,97
	15 762,00	34 108,84

Nos investimentos não financeiros, refere-se essencialmente a abates de órgãos de substituição de viaturas;

Nos outros a anulação dos pagamentos especiais por conta de IRC.

25 Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Gastos		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis	249 670,19	282 574,35
Activos intangíveis		
Reversões		
Propriedades de investimento		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
	249 670,19	282 574,35

Nos gastos de depreciação e amortização, uma redução de 33 mil euros que resulta do esgotamento do fim de vida útil, principalmente viaturas.

26 Divulgações de partes relacionadas

A SG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal Transportes Públicos S.A.

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão além de senhas de presença ao Secretário da Assembleia Geral no montante de 600 euros.

Foi atribuído à empresa – mãe uma remuneração no montante de 35.433 euros a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Vendas e prestações de serviço		
Empresa-mãe	14.485,40	11.235,16
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
Gastos		
Empresa-mãe	-2.358.586,13	-2.508.278,66
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	-2.344.100,73	-2.497.043,50

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31-12-2015	31-12-2014
Activos		
Empresa-mãe	1.250.539,16	63.654,40
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
Passivos		
Empresa-mãe	-1.143.363,68	-1.216.822,93
Entidades com controlo conjunto ou influência significativa		
Subsidiárias		
Associadas		
Empreendimentos conjuntos		
Pessoal-chave da gestão		
Outras partes relacionadas		
	107.175,48	-1.153.168,53

No activo, a diferença em relação ao ano anterior refere-se ao aumento da dívida da HF, relacionado com venda de títulos de transporte da SG.

No passivo, o valor é referente aos fornecimentos de bens e serviços efectuados pela HF, nomeadamente, gasóleo e serviços de manutenção de viaturas.

27 Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos susceptíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da Empresa.

28 Outras informações**28.1 Anexo ao relatório do conselho de administração**

**Anexo ao relatório do conselho de administração
a que se refere o n.º 5 do Art.º 447.º do (C.S.C.) Código das sociedades
comerciais**

ORGÃOS SOCIAIS (Art.º 447.º.,n.º. 1 do C.S.C)	N.º. ACÇÕES EM 31/12/14	N.º. ACÇÕES EM 31/12/15
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL João Heliodoro da Silva Dantas António Manuel Pita Rentróia		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves João Alcindo de Freitas António José Jardim Faria		
FISCAL ÚNICO KPMG & Associados S.R.O.C., SA Rep. por João Albino Cordeiro Augusto - Roc. n.º 632		

ACCIONISTAS (Art.º. 447.º., n.º. 2, alínea d) do C.S.C.)	N.º. ACÇÕES EM 31/12/14	N.º. ACÇÕES EM 31/12/15
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	1.000.000

Informação a que se refere o n.º. 4 do Artigo 448.º. do C.S.C.

Os accionistas abaixo indicados detinham em 31 de Dezembro de 2015
a seguinte posição

ACCIONISTAS	N.º. ACÇÕES	%
Horários do Funchal - Transportes Públicos, S. A.	1.000.000	100

O Contabilista Certificado

A Administração

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015, (que evidencia um total de 2.695.339 euros e um total de capital próprio de 1.181.069 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 112.973 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

- 8 Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que à data de 31 de Dezembro de 2015 encontra-se perdido mais de metade do capital social da Empresa, consequência dos sucessivos resultados líquidos negativos registados, tendo o Conselho de Administração efectuado os procedimentos descritos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, sobre os quais relata no relatório de gestão. Conforme referido na nota 3.4, estas medidas consistiram na aprovação em 30 de Dezembro de 2015 por parte da accionista única da realização de duas prestações acessórias de capital, uma já realizada no período findo em 31 de Dezembro de 2015 no montante de 1.000.000 euros e a segunda a realizar no decorrer de 2016 no montante de 1.700.000 euros.

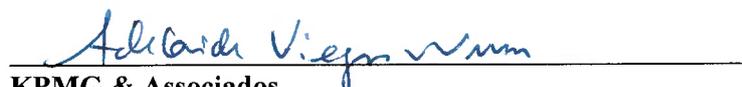
O equilíbrio da actividade operacional e dos resultados dos períodos futuros da Empresa encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro do accionista, do sucesso futuro das suas operações e da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.

Relato sobre outros requisitos legais

- 9 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 22 de Março de 2016



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC n.º 862)

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentados pelo Conselho de Administração da Sociedade, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras apresentadas que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas, com uma ênfase, decorrente do exame realizado.

Tal como mencionado na ênfase da Certificação Legal das Contas, gostaríamos de salientar novamente este ano que as demonstrações financeiras da Empresa continuam a evidenciar uma situação patrimonial deficitária, ainda que reforçada no exercício agora findo, pelo que, nos termos do artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, o Accionista deve ser informado em Assembleia Geral da presente situação para que possa decidir sobre as medidas que considere convenientes e de forma a serem cumpridas as prerrogativas definidas no referido artigo o mais brevemente possível.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- b) As políticas contabilísticas adoptadas e as divulgações efectuadas são adequadas; e
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

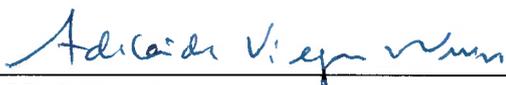
Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade delibere sobre:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Porto, 22 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados -
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC n.º 862)